



DISLEXIA: DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO SOB O OLHAR DA PSICOPEDAGOGIA, FONOAUDIOLOGIA E NEUROLOGIA

Jaime Luiz Zorzi

No 8º Congresso Brasileiro de Psicopedagogia que acontecerá em São Paulo de 09 a 11 de julho, você, Silvia Amaral e Marcelo Gomes escolheram o tema “Dislexia: diagnóstico e intervenção sob o olhar da psicopedagogia, fonoaudiologia e neurologia” para o curso que irão ministrar. Qual a importância do diagnóstico e intervenção na dislexia para o processo educativo?

Muitas são as razões que podem acarretar limitações no processo de aprendizagem e, até mesmo, o completo fracasso escolar com todas as suas conseqüências danosas em termos sociais, afetivos e cognitivos. A dislexia pode ser uma dessas causas. Como qualquer fator que possa interferir no bom andamento da escolarização, o diagnóstico da dislexia é de fundamental importância. Embora não tenhamos uma noção exata da prevalência de tal tipo de problema no Brasil, existem estimativas, em outros países, de que cerca de 5% da população escolar possa ter um problema desta natureza, prejudicando o aprendizado e o domínio de uma poderosa forma de alcançar e produzir conhecimentos, que é a linguagem escrita. Segundo os dados do INEP, já em 2007, tínhamos um universo de cerca de 39 milhões de crianças cursando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Isso significa uma possibilidade de encontrarmos, ficando limitados a essa população, cerca de 760.000 jovens escolares com distúrbios específicos de leitura, ou seja, com dislexia. Portanto, fica mais do que evidente a necessidade de se compreender de modo mais adequado o que é esse distúrbio, como ele se manifesta, diferenciá-lo de outros problemas que também limitam o aprender e, acima de tudo, criar condições para o desenvolvimento de programas de intervenção, principalmente dentro do próprio espaço escolar. Dislexia é mais do que um problema de saúde, é uma questão educacional e social, que requer a busca integrada de soluções.

Qual o termo correto para definirmos a dislexia: transtorno, desordem ou distúrbio?

No inglês, a dislexia tem sido frequentemente definida como “disorder” e, desta maneira, pode ser encontrada, por exemplo, no Dictionary of Speech-Language Pathology (Singh & Kent, Singular, 2000), que descreve “dyslexia is a disorder...” De acordo com o Dicionário Médico de Stedman (Guanabara Koogan, 1996), o termo “disorder”, que vem do inglês, significa “distúrbio”, ou seja, “a alteração de uma função ou estrutura, resultante de uma falha genética ou embriológica no desenvolvimento ou de fatores exógenos, tais como um tóxico, traumatismo ou doença”. O Dicionário Médico Ilustrado de Dorland (Manole, 1999), segue a mesma linha descrevendo que esse termo corresponde a um “distúrbio”, mais especificamente, “um transtorno ou anomalia de função; um estado mórbido físico ou mental”. Este conceito, de acordo com o mesmo dicionário, estende-se, por exemplo, à ansiedade, à atenção, ao autismo, ao comportamento bipolar e muitos outros problemas desta ordem. Provavelmente, o termo “desordem” seja originário de uma tradução incorreta da palavra “disorder”, do inglês, a qual, segundo os dicionários de natureza médica, deve ser traduzida para o português como “distúrbio”. Portanto, devemos descartar o uso de “desordem”. Por

outro lado, o DSM-IV (Manual Estatístico de Transtornos Mentais, Artes Médicas, 1994), denomina estes problemas como “transtornos”. No caso da dislexia, ela é considerada como um “transtorno de leitura”. Por sua vez, o CID 10 (Classificação Internacional de Doenças, Versão 1.6c - ©1993 by CBCD e DATASUS), lança mão da mesma denominação, colocando a dislexia na categoria dos “Transtornos específicos do desenvolvimento das habilidades escolares”. Levando em consideração as definições e usos mais comumente encontrados, o emprego do termo “distúrbio”, assim como “transtorno” parece apropriado e compatível, o que não ocorre com o uso de “desordem”.

O transtorno da leitura e escrita aparece somente quando a criança inicia a vida escolar ou podemos percebê-la antes dessa fase?

Se tomarmos as definições com o devido rigor, a dislexia significa um distúrbio no aprendizado da leitura. Portanto, devemos esperar sua manifestação a partir do momento em que um processo formal e contínuo de ensino da língua escrita tenha início. Ou seja, podemos tomar como ponto de partida a alfabetização ou, mais especificamente, os problemas que ocorrerão deste momento em diante. Por sua vez, aprender a ler e a escrever são habilidades de natureza lingüística que envolve conhecimentos que a criança vai desenvolvendo desde muito cedo. Antes de aprender a escrever as crianças, de modo geral, já apresentam um domínio significativo da linguagem falada. Neste sentido, devemos sempre nos preocupar com aquelas crianças que, desde muito cedo, vêm apresentando alguma alteração na aquisição da linguagem falada, como é o caso dos atrasos de desenvolvimento da linguagem, as limitações de vocabulário, as dificuldades de compreensão, de manutenção de diálogos, de organização do discurso, de fala, e assim por diante. Outros indicadores podem ser as limitações para lidar com rimas, com sílabas, com a discriminação de sons, habilidades estas de alta demanda para o ato futuro de leitura e escrita. Podemos considerar tais crianças na categoria de risco, isto é, elas podem vir a apresentar problemas diversos para aprender a ler e a escrever, dentre eles a dislexia. O mesmo ocorre com aquelas crianças cujos familiares já apresentam histórico de problemas de aprendizagem. Por outro lado, muitos sujeitos disléxicos apresentam um histórico de desenvolvimento sem problemas desta ordem, sendo que eles passam a surgir no momento da alfabetização formal. De qualquer modo, sempre devemos procurar fazer intervenções nas crianças com problemas de aquisição da linguagem oral, antes de ter início um processo de alfabetização. Tal procedimento não somente poderá ajudá-las a aumentar suas competências em linguagem oral, como também poderá facilitar o aprendizado da linguagem escrita.

Qual a diferença entre a dislexia de desenvolvimento e a dislexia adquirida?

A dislexia de desenvolvimento é um distúrbio de natureza congênita, o que significa que a criança já nasce com certas características de organização e funcionamento neurológico que poderão vir a complicar determinados tipos de aprendizagens, como a leitura e a escrita, caso ela tenha a oportunidade de vir a ser alfabetizada. Por sua vez, a dislexia adquirida corresponde à perda, em graus variados, da capacidade de ler e escrever em pessoas que já haviam desenvolvido tal habilidade e que poderiam ser até mesmo altamente capazes para tanto. Em geral, a dislexia adquirida é um quadro decorrente de fatores que agridem o cérebro, como é o caso de tumores, acidente vascular encefálico e traumatismos, principalmente em regiões responsáveis por tais funções. Contrariamente ao disléxico de desenvolvimento, a pessoa com dislexia adquirida pode ter aprendido a ler e a escrever sem qualquer dificuldade.

Nos casos de dislexia, o foco de atuação de cada profissional de diferentes áreas como medicina, psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, etc...gera múltiplas classificações e intervenções. Em sua opinião esses profissionais não teriam mais sucesso se trabalhassem como uma equipe?

Definir conceitos, delimitar seus usos e aplicações, criar critérios comuns e bem fundamentados de avaliação e diagnóstico, são aspectos fundamentais para que compreendamos de modo mais apropriado o universo complexo dos problemas de aprendizagem, dentre eles a dislexia. Muitas vezes, dentro de um mesmo campo profissional, encontramos formas variadas de pensar e conceituar a dislexia. Esta falta de critérios acaba prejudicando a comunicação interprofissional, provocando situações polêmicas e controvertidas. E, o que é pior, contribui para a formação de idéias distorcidas, principalmente por parte da comunidade leiga.

Cada vez mais se mostra necessária uma atuação multiprofissional, com equipes trabalhando com pressupostos comuns e bem fundamentados cientificamente. Podemos dizer que a equipe deve estar “afinada”, em sintonia, como numa orquestra, na qual cada um desempenha, de forma integrada, seu papel. Quando falamos em equipe, sempre pensamos na proximidade física de seus componentes. Porém, nem sempre é possível reunir, em um mesmo local, um conjunto integrado de profissionais. Entretanto, isso não impede que profissionais, embora atuando em espaços distintos, tenham essa possibilidade de integração e, principalmente, de troca e de oportunidades sistemáticas de estudos e discussão dos casos avaliados.

Atualmente, as escolas e os educadores estão preparados para lidar com o sujeito disléxico? Nota-se uma atitude mais colaborativa que no passado?

Infelizmente, as escolas e os educadores, com algumas exceções, ainda não estão preparados para lidar com alunos disléxicos ou com outros problemas de aprendizagem. Temos visto, muitas vezes, falta de preparo para lidar até mesmo com crianças que não apresentam problemas ou limitações para o aprender. Ensinar, e ensinar bem, têm se mostrado uma tarefa bastante difícil e desafiadora. Basta ver os índices de desempenho nas provas oficiais de avaliação que têm sido atualmente aplicadas. Crianças que não aprendem são desafiadoras, de modo geral. Porém, dentro desse quadro bastante preocupante, temos visto um grande número de educadores dispostos a trabalhar por mudanças nesta situação. Para tanto, estão buscando formação e informação. Começa a existir uma atitude de ver os problemas de aprendizagem como problemas escolares, que devem ser pensados em termos de procedimentos educacionais, e não somente como problemas clínicos, extra-escolares. Ainda se observa, com muita frequência, atitudes e crenças no sentido de que a criança que não aprende não é um problema escolar. Para aqueles que assim pensam, cabe à escola encaminhar tais crianças para diagnóstico e tratamento externos. Dentro de tal perspectiva, o papel da escola seria o de esperar que as crianças, a partir destas intervenções clínicas, ganhassem competências para acompanhar o programa escolar frente ao qual ficaram defasadas. É uma atitude de espera e cobrança (do outro). Não é este o papel que atribuo às escolas. Reafirmo que a dislexia também é um problema escolar, por natureza. Bem-vindos todos aqueles que acreditam que muito podem fazer para ajudar seus alunos que, embora possam ter alguma limitação ou dificuldade, não perderam suas capacidades para aprender. Basta querer e acreditar...

Por vezes, crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem são vistas como indolentes, desatentas, mal comportadas, etc...tanto pela escola como pela família. Como mudar esse quadro?

Alterações de comportamento com manifestações diversas, e até mesmo opostas, como a apatia, a desatenção, a ansiedade, a indolência, a depressão e a agressividade, podem ter como causa principal um desequilíbrio provocado por problemas de aprendizagem. Neste sentido, a dislexia é uma grande mestra. As crianças, de modo geral, sofrem cobranças externas, intensas e sistemáticas, por parte da família e da escola. Outras sofrem até muito mais pelo tanto de exigências que elas têm em relação a si mesmas. Não corresponder às próprias expectativas e às expectativas colocadas pelos outros pode gerar uma série de conflitos internos, que se manifestam através de comportamentos inadequados. Tais comportamentos, por sua vez, podem até mesmo agravar os problemas de aprendizagem da criança. Frente a situações como estas, os adultos, por não compreenderem tais manifestações, tendem naturalmente a reagir aumentando as queixas e as cobranças. Forma-se um círculo vicioso, cujo resultado é um agravamento, mesmo quando a intenção é a de “ajudar” a criança. Tal quadro, mais freqüente do que podemos supor, só pode ser mudado na medida em que família e escola compreendam que tais comportamentos podem ser decorrentes de um problema de base, que é a aprendizagem. De nada adiantará tentar combater os sintomas, sem que se compreendam quais são as causas. Crianças com problemas de aprendizagem precisam de ajuda, antes de qualquer cobrança. Para nós, adultos, parece muito natural ficarmos cobrando desempenho. Não paramos para nos questionar se estamos, em primeiro lugar, oferecendo conhecimentos, para depois cobrá-los. Via de regra, cobramos sem dar, sem ensinar.

Simplesmente cobramos, como se a criança devesse ser, por conta própria, capaz de responder a tudo o que desejamos que ela aprenda. Podemos sim, mudar tal situação. Precisamos, para tanto, compreender as angústias que os problemas de aprendizagem podem provocar. Precisamos aprender como ajudar tais crianças no sentido de que possam se sentir capazes de aprender e que, suas dificuldades, erros e enganos, não são os mais importantes. O fundamental é que elas se sintam capazes de aprender e que sintam o quanto apreciamos cada avanço que conseguem dar. Agindo desta forma, conseguiremos fazer com que a criança possa se sentir aceita, valorizada e segura.

Qual o papel da família quando falamos em dificuldades de aprendizagem?

O papel da família é de fundamental importância em todo o processo de desenvolvimento da criança. Porém, sua ação pode ter resultados variáveis. Um fato bastante presente nas famílias é o grau de ansiedade e preocupação que elas têm em relação ao aprendizado de seus filhos, principalmente quanto ao desempenho acadêmico. Falta de expectativa, ou excesso, pode ser prejudicial. Neste sentido, até mesmo crianças sem problemas escolares podem sentir o peso de cobranças mais intensas, acima daquilo que elas podem dar. De modo geral, essa ansiedade tende a aumentar quando a criança apresenta dificuldades de aprendizagem. A primeira idéia que ocorre é que a criança possa ser “preguiçosa”, “irresponsável”, etc. Muitas vezes essa situação é agravada pela própria postura da escola que começa a se “queixar” que a criança não está acompanhando o programa. Este não é um bom caminho para lidar com as dificuldades de aprendizagem. Daí a importância de um processo diagnóstico, que busque identificar o que, de fato, está ocorrendo com a criança que não aprende. Os pais devem ser orientados porque também podem ajudar, em muito, se de fato compreenderem as limitações e capacidades que seus filhos têm e o que pode e deve ser feito para que o aprendizado ocorra da melhor forma possível. Em nosso trabalho temos que pensar na criança, na escola e na família. Não conseguimos chegar muito longe sem considerar todos esses aspectos.

No Brasil, é uma realidade o trabalho do fonoaudiólogo dentro das escolas?

O trabalho do fonoaudiólogo dentro da escola tem se tornado uma realidade no Brasil. Não há dúvidas de que habilidades em linguagem falada e escrita são essenciais para o aprendizado escolar. Compreender o desenvolvimento normal da linguagem, suas possíveis alterações, traçar o perfil evolutivo típico dos vários tipos de problemas, desenvolver metodologias de aplicação pedagógica para facilitar o aprendizado, está dentro do rol de possibilidades do fonoaudiólogo nesta atuação. Na realidade, sempre houve um trabalho do fonoaudiólogo junto às escolas, porém predominantemente com enfoque para o atendimento clínico a partir de encaminhamentos realizados por elas. Atualmente, ao lado desta ação mais tradicional, têm aumentado o número de fonoaudiólogos preparados para a atuação dentro das escolas, com uma visão educacional. Nossa expectativa é a de que este campo se consolide cada vez mais, pelos próprios resultados que estão sendo colhidos pelas escolas que investiram nesta integração.

Que mensagem deixa aos congressistas, participantes e a todos os psicopedagogos e fonoaudiólogos?

Em primeiro lugar, reafirmar que os problemas de aprendizagem não se limitam à dislexia. Temos os distúrbios de aprendizagem e também os transtornos mais globais do desenvolvimento. Porém, a maior parte das crianças com baixo aprendizado, ou desempenho escolar deficitário, não apresenta, na realidade, verdadeiras limitações neste sentido. Estamos com dificuldades para ensinar, e ensinar bem. Esta nossa limitação tem gerado o que podemos chamar de pseudodistúrbios de aprendizagem. Isto quer dizer que, muitas vezes, o problema não está nos pequenos, que aprendem, mas sim, na gente grande, que ensina. Temos que ter cuidados para diferenciar adequadamente cada situação.

Para finalizar, vejo com muito bons olhos esse movimento de aproximação e de partilhamento cada vez mais intenso entre fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos, médicos e educadores. Os problemas que atualmente encontramos no campo da educação requerem a comunicação e troca interprofissional intensas, além de uma formação sólida e continuada. Temos que formar um time, um grande time, muito bem preparado. A torcida, ou seja, nossas crianças, agradecem.

Publicado em 21/05/2009 15:22:00

[Jaime Luiz Zorzi](#) - Fonoaudiólogo e diretor do Cefac Centro de Pós-Graduação em Saúde e Educação. Possui graduação em fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1976), mestrado em distúrbios da comunicação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988) e doutorado em educação pela Universidade Estadual de Campinas (1997). Atua como organizador e professor de cursos de especialização nas áreas de fonoaudiologia e educação, em programas de capacitação de professores e em assessoria educacional.